

Sumário

Introdução	1
1. Contextualização Histórica	5
1.1 Nascimento do estado brasileiro	9
1.1.1 Precedentes da formação do Estado brasileiro	9
1.1.2 O início da jurisdição no Brasil.....	13
1.1.3 Do Feudalismo à Revolução Industrial	15
1.2 Dos precedentes da pena.....	21
1.3 Histórico da pena	30
1.3.1 Teorias da pena.....	37
1.3.2 Da pena	40
1.4 Contribuição de Cesare Bonesana (Marquês de Beccaria)	43
1.5 Da contribuição de John Howard.....	46
1.6 Da contribuição de Jeremy Bentham.....	46
1.7 Sistemas Penitenciários.....	47
1.8 Da finalidade da pena	50
1.9 Finalidade da prisão.....	55
1.10 Instrumentos de desarticulação do crime organizado	56
1.11 A crise do sistema prisional	57

2. Direitos Fundamentais	63
2.1 Das bases legais para aplicação da pena	64
2.2 Dignidade da pessoa humana.....	66
2.3 Da ressocialização e da reinserção do preso na sociedade.....	68
2.4 O endurecimento penal não é modelo a ser seguido ...	71
2.5 Dos direitos humanos.....	74
2.6 Capacitação dos funcionários que operam o sistema prisional	78
2.7 Das penas alternativas.....	78
2.8 Direito penal mínimo.....	82
2.9 Das violações de direitos humanos dos presos.....	85
3. Delegação de Serviços Públicos	87
3.1 Espécies de delegação	89
3.1.1 Concessão comum	91
3.1.2 Concessão patrocinada	92
3.1.3 Concessão administrativa	92
3.1.4 Permissão nos serviços públicos	93
3.1.5 Autorização.....	97
3.2 Concessão de serviços públicos	98
3.3 As parcerias público-privadas como espécie de delegação.....	101

4. As Parcerias Público-Privadas	109
4.1 As parcerias público-privadas no Reino Unido e outros exemplos	110
4.2 Os privilégios nos presídios	112
4.3 O aparecimento do crime organizado	113
4.4 Falência do Estado na prestação pública	115
4.4.1 As manifestações populares de junho de 2013	119
4.5 O surgimento das parcerias público-privadas no brasil.....	121
4.5.1 A falta de investimentos freia o desenvolvimento ..	124
4.5.2 As parcerias público-privadas como instrumento de desenvolvimento	124
4.5.3 Princípios que regem as parcerias público-privadas	126
4.5.4 Garantias à realização de parcerias público-privadas	129
4.6 Parcerias público-privadas no setor penitenciário	130
4.6.1 Fiscalização das parcerias público-privadas	132
4.6.2 Os déficits nos serviços públicos também atingem o setor prisional	133
4.6.3 Novas formas de combate à criminalidade.....	136
4.6.4 Os contratos de PPPs.....	141

4.7 Estados brasileiros que adotaram PPPS no setor prisional	144
4.8 Argumentos contra as parcerias público-privadas.....	146
4.9 Argumentos a favor das parcerias público-privadas.....	148
4.10 Países que dispõem de prisões geridas pelo ente privado.....	159
4.11 Complexo prisional de Guarapuava.....	163
4.12 Complexo prisional em minas gerais	167
4.13 Complexo prisional no Espírito Santo	171
4.14 Parceria público-privada no setor prisional em Alagoas	172
Considerações Finais	175
Referências Bibliográficas	181